

CONVITE

A Prefeitura de Balneário Piçarras convida a todos a participar de Audiência Pública Virtual no dia 02 de dezembro de 2025 para a apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança para implantação do **EMPREENDIMENTO RESIDENCIAL - RÔGGA - RUA MATOGROSSO**

Horário: 18:00h

Links para participar da audiência:

Transmitido também por youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC7E_oLzkv_lbggf4jrRJ2hQ

Todos os documentos relativos à audiência pública estarão disponíveis na página da SEPLAN na internet:

<https://balneariopicarras.atende.net/subportal/secretaria-municipal-de-planejamento-urbano-seplan#!/tipo/pagina/valor/240>

A Audiência Pública Virtual será realizada online via aplicativo:

<https://meet.google.com/qaw-knhm-qyq>

e suas considerações poderão ser enviadas em formulário próprio pelo link abaixo:

<https://forms.gle/gDpJh7ohR3fF8aYS9>



JORNAL DO
COMÉRCIO

CNPJ 33.072.996/0001-08

Esta publicação foi realizada e certificada no dia 21 de novembro de 2025

Essa publicação está disponível no site do Jornal do Comércio pelo link jornaljc.com.br/publicacoes-legais

| DECISÃO.

TCE/SC recomenda aprovação das contas administrativas 2024 de ex-prefeito de Luiz Alves

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC) recomendou a aprovação das contas de 2024 da Prefeitura de Luiz Alves, apresentadas pelo então prefeito Marcos Pedro Weber. O Parecer Prévio nº 174/2025 foi emitido após análise técnica dos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial do município, que, segundo o Tribunal, estão de acordo com as normas da contabilidade pública e refletem adequadamente a situação fiscal do município ao final do exercício. A decisão foi tomada na sessão ordinária virtual realizada em 31 de outubro, com parecer publicado dia 14.

“Essa aprovação reforça o compromisso que mantivemos ao longo dos 8 anos de mandato: responsabilidade fiscal, planejamento, seriedade com o dinheiro público e respeito à nossa comunidade. Finalizar este ciclo com todas as contas aprovadas é motivo de orgulho e mostra que trabalhamos sempre dentro da legalidade, priorizando investimentos que melhorassem a vida das pessoas, sem comprometer o equilíbrio financeiro do município”, definiu o ex-prefeito.

O TCE-SC apontou, no entanto, alguns ajustes que devem ser implementados pelo governo municipal. Entre as principais recomendações estão a necessidade de melhorias no Portal da Transparência e o fortalecimento dos conselhos municipais, ampliando a participação social no planejamento e monitoramento das políticas públicas.

À Câmara Municipal, o TCE-SC recomendou que utilize as informações do processo para subsidiar discussões sobre orçamento, desempenho do governo e implementação de políticas públicas, além de comunicar formalmente ao Tribunal o resultado do julgamento das contas, enviando a ata da sessão correspondente.

Com a recomendação técnica favorável, caberá agora aos vereadores decidir se aprovam ou rejeitam as contas de 2024, observando as orientações e os apontamentos feitos pelo Tribunal de Contas.